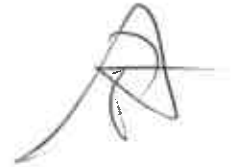




MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL



EDITAL

Nº 307/2022

Joaquim Cesário Cardador dos Santos, Presidente da Câmara Municipal do Seixal

Torna público, em cumprimento do disposto no art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, o **despacho n.º 1329-VBS/2022 de 2 de novembro de 2022:**

**“Processo n.º 889.AMB/DFM/2018
2019/500.10.301/1019**

Posse Administrativa

(Nos termos e para os efeitos das normas constantes artigo 51.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal e nos artigos 7.º, 112.º, n.º 1, alínea d), 124.º, n.º 1, alínea a), e 175.º e ss. do Código do Procedimento Administrativo)

BRUNO FILIPE VENTURA SANTOS, Vereador do Pelouro do Desporto, Habitação, Ambiente, Fiscalização e Bem-Estar Animal, no uso da competência delegada por força do Despacho n.º 1838-PCM/2022, de 29 de setembro, o qual foi publicado mediante afixação do do Edital n.º 267/2022, de 29 de setembro, considerando que:

- Na sequência de reclamação apresentada nos serviços municipais orgânica e materialmente competentes, verificou a Divisão de Fiscalização Municipal, através da realização de ação de fiscalização, a existência de um lote de terreno com uma grande carga combustível, com um coberto herbáceo e arbustivo a invadir o espaço aéreo privado e público a necessitar de poda/ corte.
- Mostra-se imperioso e se reveste de interesse público a limpeza do referido terreno que, como descrito em parágrafo precedente, representa um perigo atual e iminente de produção de danos de natureza pessoal ou patrimonial;
- Nesta conformidade, foi o Proprietário notificado, a 18/10/2019, através do Edital n.º 306/2019, de 04 de Outubro, dando conhecimento do teor do Despacho N.º 2716-PCM/2018, de 13 de novembro, relativo a Decisão Final;
- Em nova ação de fiscalização ao local, em 21/09/2022, confirmou-se que não foi reposta a legalidade
- O artigo 51.º, n.ºs 1 e 3, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal, dispõe que, sempre que razões do interesse público municipal ou interesses ponderosos de particulares se mostrem colocados em crise, nomeadamente por motivos relacionados com higiene, limpeza, segurança ou risco de incêndio, ou que comprometam infraestruturas, poderá ser, perante a não observância de acto administrativo anteriormente praticado e que tenha por conteúdo decisão conducente à eliminação dos pressupostos que presidiram à sua produção, determinada a realização coerciva daquele, repercutindo-se os encargos financeiros que lhe estiverem inerentes na esfera jurídica do(a) titular de direito real, da posse ou outro direito incidente sobre o prédio;
- A posse administrativa do referenciado terreno de natureza privada identificado supra se assume, assim, como indispensável para proceder-se à execução dos trabalhos, havidos como tecnicamente adequados, que estão na génese do risco de lesão de danos patrimoniais e/ou pessoais;
- Mostrando-se urgente a prática do acto administrativo determinativo da posse administrativa, atendendo à factualidade descrita, nomeadamente a respeitante ao risco intenso de produção de danos patrimoniais e/ou



MUNICÍPIO DO SEIXAL
CÂMARA MUNICIPAL

personais, dispensar-se-á a realização da audiência prévia de interessados, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo.

Determina-se, pois, que, configurando-se um perigo real, concreto e iminente de produção de lesões em bens jurídicos de terceiros, se proceda, com respaldo no artigo 51.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal e nos artigos 7.º, 112.º, n.º 1, alínea d), 124.º, n.º 1, alínea a), e 175.º e ss. do Código do Procedimento Administrativo, à posse administrativa – e pelo prazo estritamente necessário, a partir do dia 21 a dia 25 de novembro – do terreno sito na Rua das Hortênsias, n.º 19, no lugar de Belverde, na Freguesia da Amora, acesso para execução dos trabalhos que se revelem tecnicamente adequados à eliminação dos riscos de danos de índole pessoal ou patrimonial, nomeadamente mediante a limpeza do terreno privado em questão.

Mais determino que do presente se faça publicitação em Edital, o qual produz efeitos imediatos. Cumpra-se observando as formalidades legais.

Seixal, 4 de novembro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal

Paulo Alexandre da Conceição Silva